

# Sem Final Feliz

**E**m 1983, quando o governo fez um ensaio de ajuste fiscal, para cumprir o compromisso de eliminar o déficit público assumido com o FMI, mediante a redução dos subsídios dos preços e tarifas públicas, a inflação explodiu, saindo de 100% para 200% ao ano em apenas 12 meses.

Não tendo sido eliminado dos indexadores o impacto da retirada dos subsídios no aço, nos combustíveis, na eletricidade, no trigo e nos telefones, o reflexo da alta de um ou dois pontos — no índice da correção monetária e da correção cambial das dívidas interna e externa (de muito maior dimensão) — anulou o esforço fiscal da eliminação dos subsídios.

O ajuste fiscal perseguido pelo atual governo corre os riscos das tentativas anteriores para reduzir o déficit do setor público brasileiro, sem uma profunda redistribuição das funções exercidas pelo Estado e pelo setor privado. Sem um real equilíbrio fiscal do Estado — verdadeiro saco sem fundo — o setor privado não agüenta mais impostos, que só realimentam a espiral inflacionária, pelo repasse dos encargos tributários aos preços. A reforma fiscal precisa simplificar, portanto, os impostos e a própria estrutura do Estado.

Não basta apenas enxugar o Estado, transferir atividades que exerce com baixa eficiência e alto custo para o conjunto da sociedade, que banca as despesas fixas, os salários do funcionalismo, a assistência social e as obras feitas pelos governos federal, estaduais e municipais. É preciso redistribuir as receitas fiscais entre a União, os estados e os municípios, e as funções de cada um na execução de serviços sociais a cargo do Estado brasileiro.

Em outras palavras, precisa ser feito em profundidade e com urgência o que a Constituinte de 88 fez pela metade e da pior maneira: repartiu a fatia da receita tributária da União entre os estados e municípios, mas não lhes atribuiu responsabilidades proporcionais nos programas de saúde, educação, saneamento básico e transportes.

Em consequência, a União entrou em colapso financeiro no final do governo passado. As tentativas heróicas do atual governo de abater a inflação com um só tiro não deram certo porque não

houve, paralelamente, um equilíbrio na estrutura fiscal. Estados e municípios tiveram reforço de caixa mas, em vez de reduzirem o endividamento ou cortarem despesas, trataram de fazer obras e despesas de cunho eleitoral.

O congelamento compulsório das aplicações financeiras congelou igualmente as despesas financeiras da dívida pública interna, e reforçou o caixa do Tesouro Nacional com o confisco de 15% de IOF na conversão dos cruzados novos em cruzeiros. Mas o tênuo equilíbrio da União em 1990 logo se revelou insuficiente no ano seguinte. A reforma tributária de emergência proposta pelo ministro Marcílio Marques Moreira foi praticamente cortada ao meio pelo Congresso no final do ano passado. Em função disso, o Tesouro teve baixa arrecadação até abril.

Sem receita fiscal suficiente para abrir mão da parcela do déficit financiada pelos cruzados novos, o Tesouro foi forçado a aumentar o rendimento dos títulos públicos subscritos voluntariamente, de modo a também evitar a canalização dos cruzados para o consumo e a remarcação inflacionária; o alto nível dos juros internos atraiu recursos do exterior sob a forma de empréstimos e investimentos, que ampliaram as reservas cambiais e as despesas financeiras do Tesouro.

Esse é um filme que, de tão repriseado, os agentes econômicos sabem não ter final feliz. Apesar do controverso imposto sobre cheques, a reforma tributária apresentada pelo Ministério da Economia simplificando os impostos das empresas e dos cidadãos, e mudando o destino dos recursos fiscais, pode ser a chave para a estabilidade econômica ao garantir o reequilíbrio fiscal do Estado em todos os níveis.

Se o Congresso for sensível ao problema, poderá restaurar a credibilidade dos agentes econômicos na política econômica. Mas, pela primeira reação dos governadores, ninguém parece predisposto a ceder nas receitas, e muito menos em absorver despesas. Isso significaria que a cobertura do déficit público geral continuaria a ser debitada ao setor privado. Não se pode perder, no entanto, esta última oportunidade do Brasil para resolver de uma vez o problema do Estado anacrônico.